

Aprofundamento em Sociologia

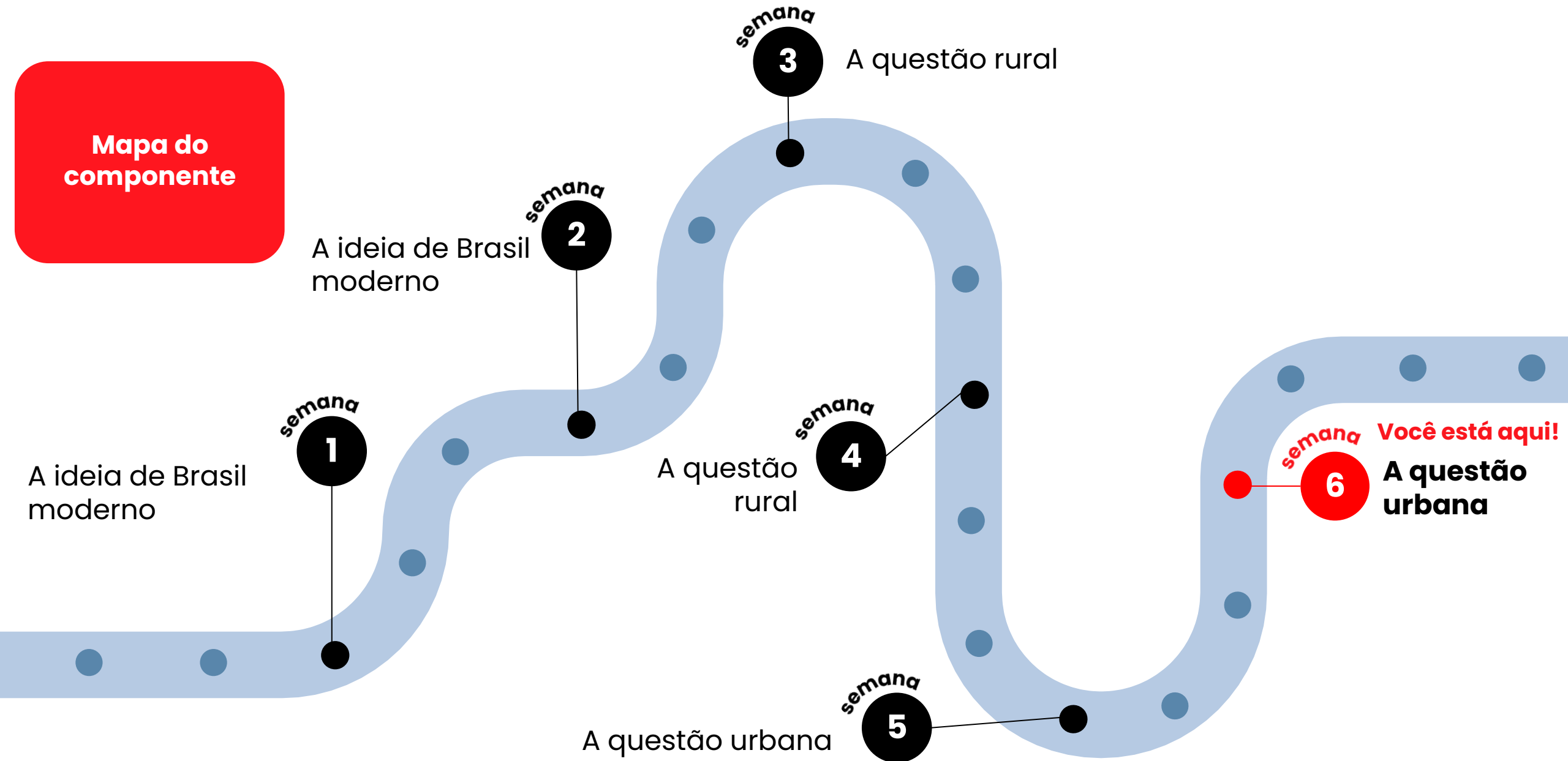
Direito à cidade e movimentos sociais urbanos

Aula 12
3º bimestre

Ensino Médio – 3ª série



**Mapa do
componente**



A ideia de Brasil moderno

semana
1

A ideia de Brasil moderno

semana
2

semana
3

A questão rural

A questão rural

semana
4

A questão urbana

semana
5

semana
6

Você está aqui!

A questão urbana



Objetivos da aula

- Compreender o conceito de direito à cidade (Henri Lefebvre);
- Analisar a atuação dos movimentos sociais urbanos;
- Relacionar cidade, cidadania e democracia.



Habilidades

- (EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.
- Analisar as contribuições de movimentos sociais e grupos historicamente marginalizados, como povos originários, quilombolas, negros, mulheres, refugiados e da população LGBTQIAPN+, analisando suas pautas e reivindicações sociais e seus impactos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.



Conteúdos

- "Direito à cidade";
- Movimentos sociais urbanos (moradia, transporte público, cicloativistas, meio ambiente urbano etc.).



Recursos didáticos

- Computador com projetor.



Duração da aula

50 minutos.

Ponto de partida

O Parque Augusta está localizado em uma área altamente valorizada da região central da cidade de São Paulo. Sua construção resultou de um longo processo de disputa, envolvendo atores e interesses diversos. **Veja a reportagem a seguir e, em seguida, reflita com seus colegas:**



1969 – Colégio Des Oiseaux deixa de funcionar no local.

Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/17876pVoYI/>. Acesso em: 24 fev. 2026.



Até 2016 – Terreno é disputado por diferentes atores: edifícios x parque.

Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1819951-eleito-doria-tera-que-negociar-parque-augusta-com-empreiteira-de-amigos.shtml>. Acesso em: 24 fev. 2026.



2021 – atual – Parque Augusta é inaugurado.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/11/06/parque-augusta-abre-com-aprovacao-fila-para-vacinar-e-apelo-por-conservacao.htm>. Acesso em: 24 fev. 2026.



JORNALISMO TV CULTURA. Parque Augusta será inaugurado neste sábado (6). Disponível em: <https://youtu.be/dIMH0h5GNeA>. Acesso em: 24 fev. 2026.



VIREM E CONVERSEM

A cidade é um direito?

Construindo o conceito

Cidade: espaço de direitos e de relações de poder

Para a Sociologia, a cidade é um **espaço de disputas por poder, recursos e direitos**, porque diferentes grupos sociais possuem interesses distintos sobre **como ela deve ser organizada e quem pode se beneficiar dela**.

Por um lado...

Empresas e grupos econômicos buscam influir em decisões sobre onde investir, construir ou oferecer serviços, priorizando áreas mais valorizadas economicamente.

Por outro lado...

Populações de baixa renda frequentemente lutam por direitos básicos (moradia digna, transporte, saneamento, segurança) e por melhores condições de vida.

X

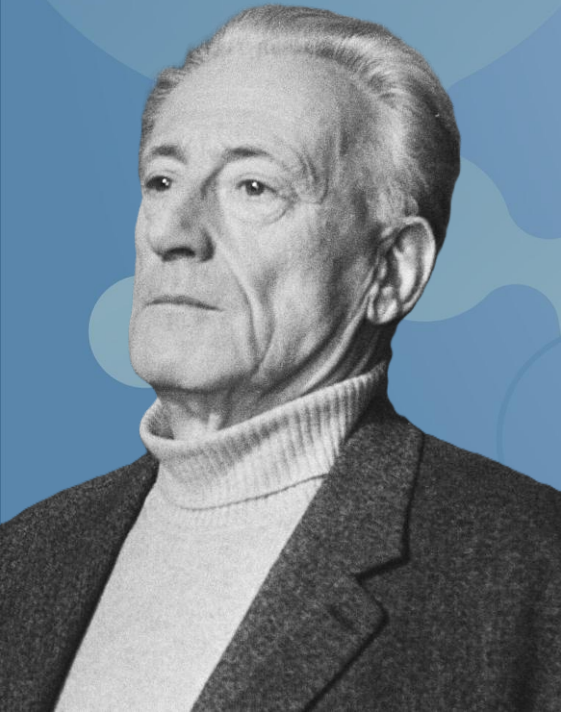
O que isso mostra?

Que o espaço urbano reflete **relações de poder e de direitos**.

PARA REFLETIR

Qual é o papel do Estado e da sociedade civil organizada nesse processo?

Construindo o conceito

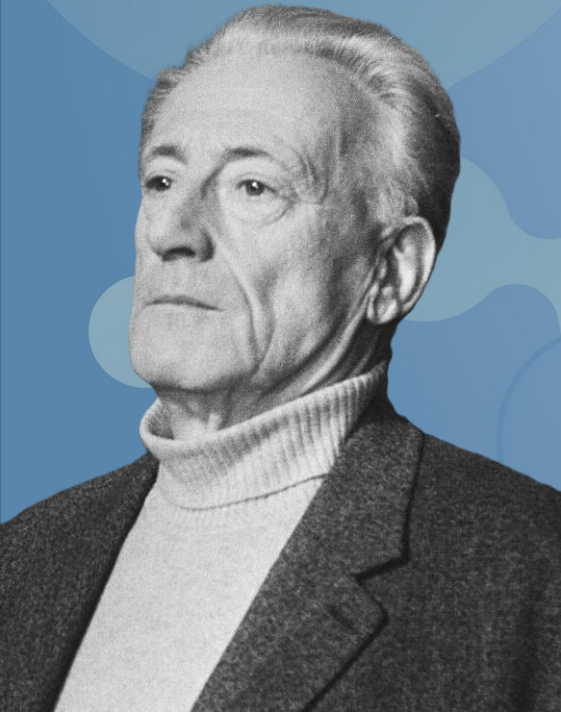


Henri Lefebvre e o direito à cidade

O sociólogo **Henri Lefebvre** (2008) formulou o conceito de direito à cidade, defendendo que **todos os habitantes devem ter não apenas o direito de viver no espaço urbano, mas também de participar ativamente das decisões sobre sua organização e de usufruir de seus benefícios.**

Esse direito abrange o acesso a condições dignas de moradia, transporte, educação, lazer e serviços, além da participação política, permitindo que os sujeitos **contribuam na produção e na transformação da cidade de forma mais justa e democrática.**

Construindo o conceito



O conceito de direito à cidade

“ O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. ”

(Henri Lefebvre, 2008, p. 134)

Construindo o conceito

Aspectos do direito à cidade

Disponível em:
<https://undiai.sp.gov.br/noticias/2018/07/18/segunda-reuniao-sobre-plano-diretor-inicia-discussao-com-pontos-criticos/>
Acesso em: 24 fev. 2026.



Reunião do Plano Diretor em Jundiáí, 2018.

Disponível em:
<https://fotografialinha.uol.com.br/galerias/12939-skatistas-na-praca-roosevelt/>
em: 24 fev. 2026.



Skatistas na praça Roosevelt, em São Paulo, 2013.

Disponível em:
<https://www.folha.uol.com.br/colidiano/2019/05/prefeitura-abre-consulta-publica-sobre-projeto-do-novo-parque-minhocaco.shtml>
Acesso em: 24 fev. 2026.



Elevado Costa e Silva, em São Paulo, vira parque aos finais de semana.

Direito de participação

Os habitantes devem participar das decisões sobre o planejamento, a gestão e o futuro da cidade.

Direito de apropriação

Possibilidade de usar, viver e usufruir plenamente dos espaços urbanos, além do simples direito de propriedade.

Cidade como obra coletiva

A cidade é resultado da ação social de seus habitantes e deve atender às necessidades humanas, e não apenas aos interesses do mercado.

Construindo o conceito

Aspectos do direito à cidade

Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/14/movimentos-por-moradia-lancam-carte-de-reivindicacoes-aos-candidatos-co-governo-de-minas/> Acesso em: 24 fev. 2026.



Faixa do movimento Ocupação 9 de Julho, em São Paulo.

Disponível em:
<https://www.guarulhoshoje.com.br/2016/07/12/programa-de-urbanizacao-de-favelas-atende-75-familias-do-jardim-bela-vista/>. Acesso em: 24 fev. 2026.



Urbanização de favela em Guarulhos.

Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-judicial/materia/2025/08/23/projeto-leve-voluntarios-e-transforma-calçadas-com-pinturas-de-jogos-para-crianças-na-zona-norte-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2026.



Adultos e crianças implementam projeto de calçada brincante em Sorocaba.

Crítica à mercantilização do espaço urbano

Oposição à lógica que transforma a cidade em mercadoria, acessível de forma desigual conforme o poder econômico.

Busca por justiça socioespacial

Defesa de uma cidade com acesso mais igualitário à moradia, transporte, serviços e infraestrutura.

Transformação social

O direito à cidade envolve a possibilidade de transformar a própria cidade e, ao mesmo tempo, transformar a vida social.

Construindo o conceito

O papel do Estado no direito à cidade



Obra de saneamento básico na cidade de Cajamar.

Disponível em:
<https://cajamar.sp.gov.br/noticias/2019/05/20/sabesp-atende-pedido-e-inicia-obra-de-rede-de-esgoto-na-vila-uniao/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

- ▶ Deve **garantir políticas urbanas** que atendam às necessidades dos moradores, como moradia, transporte e serviços.
- ▶ Deve **priorizar a vida cotidiana e o bem-estar da população**, e não apenas os interesses econômicos.
- ▶ Porém, muitas vezes, **atua favorecendo o mercado e a valorização econômica do espaço urbano**.
- ▶ Por isso, o Estado pode ser **pressionado pela sociedade civil** a promover uma cidade mais justa.

Construindo o conceito

O papel da sociedade civil no direito à cidade



Cicloativismo - protesto de ciclistas por mais ciclofaixas e ciclovias na cidade de São Paulo.

Disponível em:
<https://jovempan.com.br/noticias/ciclo-ativistas-se-manifestam-na-avenida-paulista-apos-justica-mandar-parar-obras.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

- ▶ É a principal **protagonista na luta pelo direito à cidade.**
- ▶ Atua por meio de **movimentos sociais, associações e mobilizações para reivindicar** moradia digna, transporte, mobilidade, cultura, lazer etc.
- ▶ Reivindica **participação nas decisões de políticas públicas urbanas.**
- ▶ Busca transformar a cidade em um **espaço mais democrático e inclusivo.**

Pause e responda

O sociólogo Henri Lefebvre afirma que o direito à cidade envolve a participação dos habitantes na construção e no uso do espaço urbano. Sua concretização ocorre quando:

o espaço urbano é organizado apenas pelos interesses das empresas.

os moradores participam das decisões e têm acesso aos benefícios da cidade.

a cidade prioriza o crescimento econômico acima das necessidades sociais.

o planejamento urbano é definido somente pelos governantes.

Pause e responda

O sociólogo Henri Lefebvre afirma que o direito à cidade envolve a participação dos habitantes na construção e no uso do espaço urbano. Sua concretização ocorre quando:



o espaço urbano é organizado apenas pelos interesses das empresas.

os moradores participam das decisões e têm acesso aos benefícios da cidade.



a cidade prioriza o crescimento econômico acima das necessidades sociais.

o planejamento urbano é definido somente pelos governantes.



Colocando em prática

Análise de situação: a cidade de São Paulo possui, atualmente, 744,7 km de ciclovias/ciclofaixas (PMSP/CET, s.d.). Grande parte desse cicloviário foi implementado a partir de 2015, em meio a conflitos, questionamentos e controvérsias. **Veja a cronologia e a reportagem a seguir e, em seguida, reflita com seus colegas:**

2015 – Sistema Cicloviário de São Paulo

- **JANEIRO:** prefeitura de São Paulo implementa obras de expansão de ciclovias e ciclofaixas na cidade, atendendo demandas da sociedade.
- **18 de MARÇO:** justiça determina a paralisação das obras, a pedido do Ministério Público de São Paulo, que alegou ausência de estudos técnicos.
- **20 de MARÇO: atos convocados por grupos de cicloativistas** pressionam pela retomada das obras.
- **27 de MARÇO:** justiça derruba liminar que suspendia as obras e autoriza sua retomada.

Cicloativistas fazem ato em defesa das ciclovias



ESTADÃO. Cicloativistas fazem ato em defesa das ciclovias. Disponível em: <https://youtu.be/jQ4KMmaxb3o>. Acesso em: 24 fev. 2026.

**Colocando
em prática**

Trabalho em grupo



TODO MUNDO ESCREVE

- 1. Como o conceito de direito à cidade se aplica à situação analisada?**
- 2. Como a ação política coletiva e organizada pode contribuir para a concretização desse direito?**

Considere, em sua análise, a ação do Estado (prefeitura, poder judiciário) e a ação da sociedade civil (cicloativistas).

**Colocando
em prática**

Direito à cidade e o ODS11

**Assista ao vídeo para
responder a questão:**



11. Cidades e comunidades sustentáveis

IBGE. ODS #11: Cidades e comunidades sustentáveis - IBGE Explica.
Disponível em: <https://youtu.be/GCml3wU2q7g>. Acesso em: 24 fev. 2026.

A Organização das Nações Unidas, por meio do ODS 11, defende cidades inclusivas, seguras e sustentáveis. Essa proposta se relaciona ao direito à cidade, conceito formulado por Henri Lefebvre, porque busca:

- a) priorizar o crescimento econômico das cidades.
- b) garantir o uso da cidade apenas pelos proprietários.
- c) ampliar o acesso das pessoas aos benefícios da vida urbana.
- d) incentivar a privatização dos espaços públicos.
- e) reduzir a participação da população nas decisões urbanas.

**Colocando
em prática**

Direito à cidade e o ODS11

**Assista ao vídeo para
responder a questão:**



11. Cidades e comunidades sustentáveis

IBGE. ODS #11: Cidades e comunidades sustentáveis - IBGE Explica.
Disponível em: <https://youtu.be/GCml3wU2q7g>. Acesso em: 24 fev. 2026.

A Organização das Nações Unidas, por meio do ODS 11, defende cidades inclusivas, seguras e sustentáveis. Essa proposta se relaciona ao direito à cidade, conceito formulado por Henri Lefebvre, porque busca:

- a) Priorizar o crescimento econômico das cidades. ❌
- b) Garantir o uso da cidade apenas pelos proprietários. ❌
- c) Ampliar o acesso das pessoas aos benefícios da vida urbana. ✓
- d) Incentivar a privatização dos espaços públicos. ❌
- e) Reduzir a participação da população nas decisões urbanas. ❌



O que nós
aprendemos
hoje?

© Getty Images

- 1** O direito à cidade é um direito político de acessar bens urbanos e decidir sobre o espaço comum que forma a cidade.
- 2** A luta urbana denuncia a exclusão causada pela especulação imobiliária e pela prioridade do valor de troca sobre a vida humana.
- 3** A organização coletiva por moradia, transporte e cultura amplia a democracia e questiona o modelo de cidade excludente.

Referências da aula

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

PMSP. Companhia de Engenharia de Tráfego – CET. **Mapa de Infraestrutura Cicloviária**. Disponível em: <https://www.cetsp.com.br/consultas/bicicleta/mapa-de-infraestrutura-cicloviaria.aspx>. Acesso em: 25 fev. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**: etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2020/08/CURR%C3%8DCULO%20PAULISTA%20etapa%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2026.

Identidade visual: imagens © Getty Images

Orientações ao professor

Slide 4



Orientações: atividade inicial, de mobilização de conhecimentos prévios e sondagem de percepção sobre o direito à cidade.



Tempo previsto: 5 minutos.



Condução da dinâmica:

1. Exploração inicial da imagem

Peça que os alunos observem a trajetória do Parque Augusta, na cidade de São Paulo.
Solicite que identifiquem os diferentes interesses envolvidos (construção de prédios x criação do parque).

2. Compreensão da ideia de disputa pela cidade

Destaque que a criação do Parque foi resultado de conflitos e negociações entre grupos sociais.
Ajude os alunos a perceber que a cidade é resultado da ação humana e de interesses diversos.

3. Breve discussão

Promova a reflexão: “A cidade é um direito? Por quê?”.
Incentive que os alunos relacionem o exemplo ao acesso a lazer, participação e qualidade de vida.

Slides 5 a 11



Orientações: neste bloco busca-se desenvolver a perspectiva de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, formulado por ele, na década de 1960, como uma crítica às desigualdades produzidas pelo capitalismo no espaço urbano. Para o autor, a cidade não deve ser vista apenas como um espaço físico ou um local de circulação econômica, mas como uma obra social, construída coletivamente pelas pessoas que nela vivem. Por isso, todos os habitantes devem ter o direito de participar de sua produção, organização e transformação. Esse direito envolve não apenas o acesso à moradia, ao transporte, à educação, ao lazer e aos serviços urbanos, mas também o direito de participar das decisões sobre os rumos da cidade. Lefebvre chama atenção para o fato de que, muitas vezes, o espaço urbano é organizado para atender aos interesses econômicos, especialmente do mercado imobiliário, o que gera exclusão e desigualdades. Assim, o direito à cidade representa a defesa de uma cidade mais justa, na qual as necessidades humanas sejam priorizadas. Além disso, o direito à cidade envolve a possibilidade de transformação social. Ao participar da construção e da gestão do espaço urbano, os habitantes também transformam suas próprias condições de vida. Nesse sentido, o autor destaca a importância da ação da sociedade civil, como movimentos sociais e organizações populares, na luta por melhores condições urbanas. Portanto, o direito à cidade é, ao mesmo tempo, um direito de acesso aos benefícios urbanos e um direito de participação na construção de uma cidade mais democrática.



Tempo previsto: 20 minutos.



Condução da dinâmica: exposição dos conceitos em diálogo com os estudantes.

Slides 14 e 15



Orientações: esta atividade tem por objetivo verificar a compreensão dos estudantes sobre como o conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre, se relaciona com a implantação das ciclovias em São Paulo, destacando os papéis do Estado e da sociedade civil.



Tempo previsto: 15 minutos.



Condução da dinâmica:

Slide 14

Trabalho em grupo: 4 a 5 estudantes

Leia a situação proposta aos estudantes e, após explicar a cronologia dos acontecimentos no período inicial de implantação da política de cicloviário na cidade de São Paulo, em 2015, projete o vídeo, que apresenta depoimentos de cicloativistas em ato realizado na Avenida Paulista, naquele ano, uma das mobilizações organizadas que pressionaram pela retomada das obras.

Solicite que identifiquem os atores envolvidos: prefeitura, poder judiciário e cicloativistas.

Pontos a destacar da situação:

- a prefeitura implementou as ciclovias;
- a justiça suspendeu e, depois, autorizou as obras;
- os cicloativistas se mobilizaram para defender sua continuidade.

Slides 14 e 15



Condução da dinâmica:

Slide 15

1. Discussão da questão 1 – Como o conceito de direito à cidade se aplica à situação analisada?

Incentive os grupos a relacionar ciclovias com acesso à cidade e participação social.

Expectativa de respostas:

“As ciclovias ampliam o acesso das pessoas à cidade.”

“Elas melhoram a mobilidade urbana e a qualidade de vida.”

“A sociedade participou e reivindicou esse direito.”

“A cidade está sendo organizada, também, para atender às necessidades das pessoas, não apenas dos carros.”

2. Discussão da questão 2 – Como a ação política coletiva contribui para a concretização desse direito?

Oriente os alunos a considerar o papel do Estado e da sociedade civil.

Expectativa de respostas:

“Os cicloativistas pressionaram o poder público.”

“A mobilização ajudou a garantir a continuidade das obras.”

“O Estado implementa políticas públicas.”

“A sociedade civil influencia as decisões.”

3. Socialização das respostas:

Peça que cada grupo compartilhe uma conclusão.

Registre-as no quadro ideias-chave.

Expectativa de síntese final:

“O direito à cidade envolve acesso à mobilidade e aos espaços urbanos. Esse direito depende da ação do Estado e da participação da sociedade. A cidade é resultado de disputas e da ação coletiva.”

Fechamento conceitual: concluir reforçando que:

o direito à cidade envolve participação social;

a cidade é resultado da ação de diferentes grupos;

a mobilização social pode influenciar decisões do Estado;

as ciclovias são um exemplo de conquista relacionada ao direito à cidade.

Trilha de exercícios

Para esta aula, é indicado o exercício **12**, do bloco de conteúdo **A questão urbana**. Dentro desse conjunto, ele pretende consolidar e aprofundar elementos. Esses exercícios podem ser feitos em casa, de forma autônoma pelos estudantes, ou você pode selecionar alguns para trabalhar em sala de aula.

Fontes:

Exercício 12:

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **ENEM 2013**. Questão 02. Prova Azul. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 25. fev. 2026.